

# ENTRE A CRUZ E A ESPADA

José Negreiros  
Da equipe do **Correio**

O presidente Fernando Henrique Cardoso está vivendo a mais grave e mais longa crise da história da redemocratização do País desde que José Sarney declarou a moratória em 1986, depois que o Brasil quebrou pela segunda vez na década passada. O presidente tem um enorme problema (falta de divisas) e apenas duas alternativas para solucioná-lo — o pacote fiscal ou a desvalorização do real.

Resolveu dobrar sua aposta no talento do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para enfrentar a crise cambial e escolheu o pacote por uma razão muito simples: apesar de as duas hipóteses que tinha diante de si darem prejuízo político, a primeira é mais previsível. Jogou-se a taxa de juros (de impacto imediato) nas alturas para ganhar tempo enquanto se amarravam as medidas fiscais, de efeito mais lento.

Para baixar os juros é preciso ganhar o jogo de expectativas a que se entregou o país desde que a bolsa explodiu no dia 27 de outubro e convencer o mercado de que a dose do remédio fiscal é suficiente para curar o doente e fazê-lo viver ainda por muito tempo. Sufoco tão grande aconselha que faltará com o juízo quem tentar tirar proveito eleitoral da situação, embora o presidente do Senado resista à elevação do imposto de renda. Como o Brasil precisa pagar as contas, Fernando Henrique não respeitará limites na cata de dólares.

Pouco estão atentos à encruzilhada. O pacote dói no bolso do pobre, freia o crescimento da economia e traz a ameaça do desemprego. Mas a desvalorização, avalia o presidente, é muito pior. Impõe ao investidor estrangeiro uma perda equivalente à desvalorização, pois ele comprará um dólar mais caro na hora de retirar do país os lucros do que investiu. Não investirá novamente aqui tão cedo. Além disso traz o risco da volta da super-inflação, um mal que

abandonou a história brasileira há quatro anos e com o qual nem líderes políticos nem empresários quem se encontrar de novo.

A desvalorização poderá significar o caos, argumenta alto funcionário do governo, para quem tal recurso significará que o País admite a quebra. Não são poucas as pressões para que o presidente adote essa saída, sob o argumento de que o México fez o mesmo em 1994, deu a volta por cima e hoje é uma praça financeira novamente atraente. Enquanto isso, praticamente apenas Brasil, Argentina e Hong Kong insistem em não tocar na paridade de suas moedas com o dólar. Gustavo Franco responde que a desvalorização será feita, mas ao longo de três anos, de forma dar margem a quem aplica dinheiro no Brasil incorpore as perdas sem surpresas.

Outro fato que pesa no caminho escolhido por Fernando Henrique é o Mercosul, onde predominam as estreitas relações com a Argentina, que somada ao Brasil representa quase dois terços do poder econômico da América Latina. Se o Brasil naufraga, arrasta esse passivo. Para evitar o pior, resolveu-se pagar o preço de aumentar a tarifa externa comum, no fundo uma tática de de-

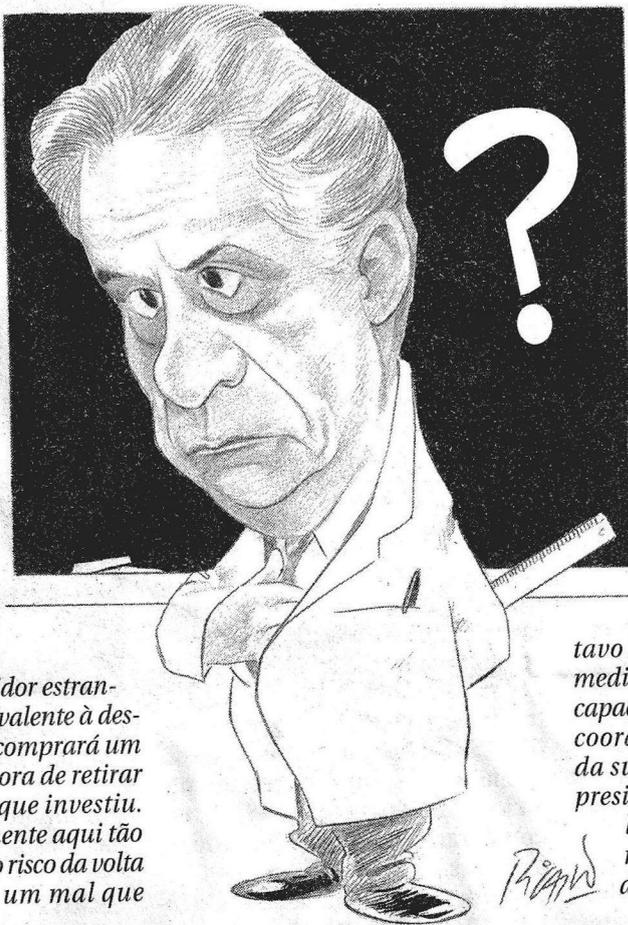
fesa brasileira pela qual os demais sócios (Uruguai e Paraguai) estão pedindo compensação.

O mundo nunca mais será o mesmo depois da crise, observa fonte do governo. Ele tenta explicar porque agora vale qualquer coisa para derubar o déficit nas contas externas ou amealhar divisas capazes de pagá-las. Coisa que alguns políticos e boa parte da sociedade parece não entender — na opinião da fonte — porque desconhece detalhes do tamanho do buraco e da dificuldade de conseguir financiá-lo. Depois que os capitais saíram da Ásia porque alguns países como Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas não fizeram o dever de casa (corrigindo problemas internos de crise bancária ou de super-valorização imobiliária), por que permaneceriam no Brasil, onde o erro se repete?

Porque os juros altos ainda compensam o risco que o capital externo se dispõe a correr enquanto o pacote se encarregar de arrecadar o que falta para fechar os balanços. O ponto crítico do pacote é que o governo não domina duas variáveis cruciais: 1. A chamada percepção do mercado de que o tamanho do pacote é, de fato, suficiente para zerar as contas do governo; 2. Um abalo forte na economia americana — da qual não só o Brasil mas o resto do mundo dependem para continuar respirando — em consequência do aprofundamento da crise asiática.

A recessão americana, hoje, é um fato improvável, em função do clima de prosperidade que os Estados Unidos experimentam há quase uma década. Mas ninguém é capaz de fazer afirmações definitivas no ambiente globalizado dos anos 90 (veja matéria na página 30). E a convicção do acerto da aposta na política de Gus-

tavo Franco depende em grande medida da até agora comprovada capacidade de Fernando Henrique coordenar expectativas no rumo da superação de crises. Nunca o presidente enfrentou um vestibular tão complexo como este, no qual 50% do êxito depende do que acontece lá fora.



Prado